

Serviço Social e educação: desafios do verbo esperançar

Adriana Freire Pereira Férriz,
Carlos Felipe Nunes Moreira,
Eliana Canteiro Bolorino Martins,
Ney Luiz Teixeira de Almeida e
Cristiano Costa de Carvalho
(Organizadores).

EDITORA IBERO-AMERICANA
CULTURA ACADÊMICA Editora

Serviço Social e educação: desafios do verbo esperançar

Adriana Freire Pereira Férriz,
Carlos Felipe Nunes Moreira,
Eliana Canteiro Bolorino Martins,
Ney Luiz Teixeira de Almeida e
Cristiano Costa de Carvalho
(Organizadores).

GEPESSE
Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação

unesp

UERJ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CULTURA ACADÊMICA Editora

EDITORA IBERO-AMERICANA

FAPESP

CAPES

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S514

Serviço social e educação [recurso eletrônico] : desafios do verbo esperançar / organização Adriana Freire Pereira Férriz ... [et al.]. - 1. ed. - Bauru [SP] : Ibero-Americana de Educação ; Cultura Acadêmica, 2024.
recurso digital ; 10 MB

Formato: epub
Requisitos do sistema: adobe digital editions
Modo de acesso: world wide web
ISBN 978-65-86839-35-7 (recurso eletrônico)

1. Educação - Aspectos sociais - Brasil. 2. Serviço social - Aspectos educacionais. 3. Pesquisa Educacional. 4. Politica Educacional. 5. Livros eletrônicos. I. Férriz, Adriana Freire Pereira.

24-95166

CDD: 379
CDU: 37:364(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

14/11/2024 14/11/2024

DOI: 10.47519/EIAE.978-65-86839-35-7

Esta publicação recebeu financiamento: - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - Brasil. PAEP-CAPES - Programa de Apoio a Eventos no País - Processo: 88881.879611/2023-01; - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq - Chamada Universal - 18/2021 - Faixa - Grupos consolidados - Processo n. 407057/2021-8; - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) processo n. 2023/10930-7.

As opiniões, hipóteses, conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da CAPES, CNPq, FAPESP e dos PPGSS da UNESP, UERJ e UFBA.

Equipe Técnica
Editoração e organização

Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor

Alexander Vinicius Leite da Silva
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor Adjunto Júnior

Déborah Crivellari
Editora Ibero-Americana de Educação
Editora e Revisora

Andressa Ciniciato
Editora Ibero-Americana de Educação
Assistente Editorial

Jonathan Teixeira
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer, Capista e Diagramador

André Luís Cordeiro Lopes
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer e Diagramador

André Vitor Gonçalves de Souza (MG)
Identidade Visual

Luma de Alencar Almeida (RJ)
Identidade Visual

Membros do Conselho Editorial

Editor

Dr. José Anderson Santos Cruz
FCLAr/Unesp

Editor Adjunto Jr.

Alexander Vinícius Leite da Silva
Unisagrado

Editores Associados

Arielly Kizzy Cunha
FAAC/Unesp

Carla Gorni
Centro Universitário UBM

Ivan Fortunato
Instituto Federal de São Paulo/Ufscar

Editora de Texto e Revisão

Déborah Crivellari
Unisagrado

Assistente Editorial

Andressa Ciniciato
Unisagrado

Editor Operacional

Flávio Moreira
UFSCar

Comitê Científico

Dra. Adriana Campani
UVA

Dr. Alfrâncio Ferreira Dias
UFS

Dra. Ana Paula Santana
UFSC

Me. Anaisa Alves de Moura
INTA - UNINTA

Dr. Ari Raimann
UFG

Dr. Breynner R. Oliveira
UFOP

Me. Caique Fernando da Silva Fistarol
FURB

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto
Unesp

Dra. Cyntia Bailer
FURB

Dr. Eládio Sebastián Heredero
UFMS

Dra. Elisabete Cerutti
URI

Dr. Emerson Augusto de Medeiros
UFERSA

Dr. Fabiano Santos
UFMS

Dra. Fátima Elisabeth Denari
UFSCar

Dra. Helen Silveira Jardim de Oliveira
UFRJ

Dra. Iracema Campos Cusati
UPE

Dra. Kellcia Rezende Souza
UFGD

Dra. Leonor Paniago Rocha
UFJ

Dra. Liliane Parreira Tannus Gontijo
UFU

Dra. Maíra Darido da Cunha
FABE

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel
UCP

Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
UCS

Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
FCLAr (Unesp) – UFSCar

Dra. Marta Furlan de Oliveira
UEL

Dra. Marta Silene Ferreira de Barros
UEL

Dra. Mirlene Ferreira Macedo Damázio
UFGD

Dr. Osmar Hélio Araújo
UFPB

Dra. Rosebelly Nunes Marques
Esalq (USP)

Dra. Sandra Pottmeier
UFSC

Dr. Sebastião de Souza Lemes
FCLAr (Unesp)

Dra. Shirlei de Souza Corrêa
Uniavan

Dr. Washington Cesar Shoite Nozu
UFGD

Comitê Internacional

Dr. Sidclay Bezerra de Souza
Universidad Católica del Maule

Dr. João Carlos Relvão Caetano
Universidade Aberta

Dr. Marc Marie Luc Philippe Jacquinet
Universidade Aberta

NOTAS DO PUBLISHER

Na Editora Ibero-Americana de Educação, nosso compromisso com a excelência se reflete em cada etapa do processo editorial, sempre guiados pela missão de produzir obras que tragam resultados excepcionais e atendam de forma satisfatória tanto aos autores quanto aos leitores. A revisão desta obra foi um processo enriquecedor, que exigiu dedicação, sensibilidade e um olhar atento às complexidades que permeiam o campo da educação.

Este livro não apenas informa, mas também envolve e emociona. Em comparação com edições anteriores, ele representa um marco significativo nos debates sobre o exercício profissional no contexto das políticas educacionais, oferecendo uma nova perspectiva e reafirmando a importância de uma compreensão crítica e contextualizada das dinâmicas educacionais. Esperamos que os argumentos aqui apresentados incentivem o leitor a investir tempo e reflexão, mergulhando em diferentes realidades educacionais que, embora diversas, compartilham questões fundamentais e formam a dinâmica contraditória e transformadora da política educacional contemporânea.

Desejamos que esta obra inspire reflexão e ação, e que continue a promover diálogos produtivos e transformadores sobre a educação em nossa sociedade.

Boa leitura!

José Anderson Santos Cruz
Editor-chefe da Editora Ibero-Americana de Educação

SUMÁRIO

PARTE I - CONFERÊNCIAS DO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL E VII FÓRUM DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO – GEPESSE 23

Capítulo 1 - TENDÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO BRASIL **24**

Por: Adriana Freire Pereira Férriz

Eliana Canteiro Bolorino Martins

Capítulo 2 - O RECONHECIMENTO DE ASSISTENTES SOCIAIS COMO PROFISSIONAIS DA E NA EDUCAÇÃO **42**

Por: Wagner Roberto do Amaral

Capítulo 3 - A ATUALIDADE E A RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR: DIÁLOGOS COM O SERVIÇO SOCIAL **60**

Por: Eblin Farage

Capítulo 4 - ATUALIDADE E RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO SERVIÇO SOCIAL: CINCO DESAFIOS NA ESFERA PARTICULAR DO FAZER PEDAGÓGICO **75**

Por: Carlos Felipe Nunes Moreira

Capítulo 5 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO EM ANGOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL **86**

Por: Amor António Monteiro

Simão João Samba

Capítulo 6 - EL SISTEMA EDUCATIVO ARGENTINO. EL CASO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES: EDUCACIÓN Y TRABAJO SOCIAL **97**

Por: Eliana Gricel Vasquez

Capítulo 7 - LIVROS E COLETÂNEAS LANÇADOS NO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL E IV FÓRUM DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DO GEPESSE (2023) **111**

PARTE II - DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS 120

Capítulo 1 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL DO SÉCULO XXI **121**

Por: Rafael Gonçalves dos Santos
Eliana Bolorino Canteiro Martins
Yukari Yamauchi Moraes

Capítulo 2 - EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA E SERVIÇO SOCIAL **138**

Por: Paula Cunha Guimarães Batatel Belmonte Santana

Capítulo 3 - O ENTRELACE ENTRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA E O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO NO SERVIÇO SOCIAL **157**

Por: Williana Angelo

Capítulo 4 - PAULO FREIRE E OSSABERES NECESSÁRIOS: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS **177**

Por: Fernanda Andrade Garcia
Gustavo José de Toledo Pedroso

Capítulo 5 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS NA CIDADE DE GOIÁS: CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA LUTA ANTIRRACISTA **192**

Por: Edgar Antônio Nery Alves Camelo
George Francisco Ceolin
Tereza Cristina Pires Favaro

Capítulo 6 - A TRAJETÓRIA DO NÚCLEO DE MAPEAMENTO EARTICULAÇÃO EM RUPTURA - O SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA **209**

Por: Aline Miranda Cardoso
Arlene Vieira Trindade
Jéssica Oliveira Monteiro
Patricia Lima do Nascimento

PARTE III - EDUCAÇÃO BÁSICA.....222

Capítulo 1 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: ESTUDO INTERDISCIPLINAR **223**

Por: Elaine Cristina Estevam

Maria José de Oliveira Lima

Capítulo 2 - QUEM APRENDE COM FOME? POSSIBILIDADE DE ARTICULAÇÃO COM A REDE ATRAVÉS DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO **237**

Por: Eduardo Lima

Maria Fernanda Avila Coffi

Ewerton da Silva Ferreira

Capítulo 3 - ASSISTENTE SOCIAL E A INTERLOCUÇÃO COM A CATEGORIA DOCENTE NA EDUCAÇÃO: UM LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA **252**

Por: Amanda Bersacula

Zoia Prestes

Capítulo 4 - EDUCAÇÃO E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS: UM OLHAR PARA A REALIDADE LONDRINENSE DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA (COVID-19) **270**

Por: Maria Gabriela Pereira da Silva

Ana Patrícia Pires Nalesso

Capítulo 5 - O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – MG **286**

Por: Cristiano Costa de Carvalho

Eliana Bolorino Canteiro Martins

Eunice Paulo Chichava

Juliana Viegas Guimarães

Capítulo 6 - O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE CAMPINA GRANDE COMO EXPRESSÃO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO ESTADO DA PARAÍBA 304

Por: André Monteiro Moraes
Edna Medeiros do Nascimento
Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha
Maria Dolores Melo do Nascimento
Maria Noalda Ramalho

PARTE IV - EDUCAÇÃO ESPECIAL, EJA E MOVIMENTOS SOCIAIS EM EDUCAÇÃO 321

Capítulo 1 - EDUCAÇÃO COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO LOCAL PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES REFUGIADOS 322

Por: Flávia Pacheco Sanchez
Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni
Ariane Rego Paiva

Capítulo 2 - A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA MULHERES NEGRAS E A INCLUSÃO DIGITAL COMO FERRAMENTA EMANCIPATÓRIA 339

Por: Ana Laura Batista Marques
Maria Yumi Buzinelli Inaba

Capítulo 3 - DIÁLOGOS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA 354

Por: Fábia Halana Fonseca Rodrigues Pita
Maria Francisca Máximo Dantas
Thélia Priscilla Paiva de Azevedo

Capítulo 4 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO PERMANENTE: A CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DE SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (NSEPP-UERJ) 368

Por: Ney Luiz Teixeira de Almeida

Natália Ibiapino Proença

Edilene Rodrigues de Santana Silva

Brenda do Nascimento Gama

Yasmin Oliveira Burgos

Capítulo 5 - RACISMO E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A INFÂNCIA E JUVENTUDE NEGRAS NO BRASIL 384

Por: Adeildo Vila Nova

Capítulo 6 - EDUCAÇÃO DO CAMPO: A RESISTÊNCIAEM PERMANENTE CONSTRUÇÃO 399

Por: Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Marize Rauber Engelbrecht

Vantuir Trevisol

PARTE V - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 416

Capítulo 1 - PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: DA GÊNESE ATÉ A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 417

Por: Yara Dias Fernandes

Capítulo 2 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL 434

Por: Lilian Aparecida Carneiro Oliveira

Lilian Perdigão Caixêta Reis

Emmanuella Aparecida Miranda

Capítulo 3 - AS TENDÊNCIAS DO TRABALHO NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E SUA RELAÇÃO COM A FORMA DE ORGANIZAÇÃO ESTATAL 447

Por: Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira

Capítulo 4 - PAULO FREIRE: O INSPIRADOR DO ASSISTENTE SOCIAL QUE TRABALHA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 465

Por: Nívia Barreto dos Anjos

Mariana Mendes Novais de Oliveira

Capítulo 5 - SAÚDE E BEM-ESTAR NO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE BEM COM A VIDA NO FORMATO ON-LINE 483

Por: Tatiana Pereira Sodré

Alexandra de Oliveira Rodrigues Marçulo

Wilma Moraes

Capítulo 6 - TENDÊNCIAS DO MUNDO DO TRABALHO: EXPRESSÕES DE UM *"MODUS OPERANDI"* NO LABOR DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS IFETs 501

Por: Lígia da Nóbrega Fernandes

PARTE VI - ENSINO SUPERIOR 519

Capítulo 1 - ALÉM DA EQUIDADE: O ENGAJAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA UNICAMP 520

Por: Vanilda Soares Santos

Cibele Papa Palmeira

Vanessa Tank Piccirillo Komesu

Franciana Nogueira Correa

Sônia Maria Pereira

Capítulo 2 - O TRABALHO DAS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA **534**

Por: Joelma Mendes dos Santos

Capítulo 3 - A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (AE) NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (IFES): UMA ARTICULAÇÃO ENTRE DIREITOS HUMANOS (DH) E POLÍTICAS SOCIAIS (PS) PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO **550**

Por: Célia Maria Grandini Albiero

Maísa Miralva da Silva

Ricardo Barbosa de Lima

Capítulo 4 - RELATO DE EXPERIÊNCIA - O TRABALHO DO(A) PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL NA UFPR: AÇÕES AFIRMATIVAS EM FOCO **567**

Por: Ivanice de Oliveira Candido Neres

Jaqueline Budny

Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Capítulo 5 - INDICADORES SOCIAIS E ANÁLISE SOCIOECONÔMICA: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA **584**

Por: Merielle Martins Alves

Clara Rodrigues da Cunha Oliveira

Capítulo 6 - A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À UNIVERSIDADE PÚBLICA: MIGRAÇÃO, PERMANÊNCIA E OS FATORES SIMBÓLICOS NAS TRAJETÓRIAS ESTUDANTIS **599**

Por: Fernanda Rodrigues Arrais

Capítulo 3

AS TENDÊNCIAS DO TRABALHO NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E SUA RELAÇÃO COM A FORMA DE ORGANIZAÇÃO ESTATAL

Por:
Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira

Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira[62]

https://doi.org/10.47519/eiae.p5c3

INTRODUÇÃO

Refletir acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no que diz respeito ao ensino de educação básica de nível médio integrado ao técnico, não prescinde de considerá-las sobre o prisma das relações mais amplas, forjadas no bojo do Estado brasileiro e da maneira como as políticas públicas organizam-se na contemporaneidade.

Por isso, compreender a realidade brasileira e a organização desse Estado desde a fase do capitalismo monopolista, mas, especialmente, a partir das mudanças por ele sofrida nos anos 1990, é tarefa indispensável àqueles que desejam entender como as práticas pedagógicas se desenvolvem e a quem servem diante de um projeto educacional específico e hegemônico.

Considerando que, nesse período (do capitalismo monopolista), temos a expansão do setor de serviços, a teoria do valor-trabalho precisa ser apreendida para além daquelas compreensões decorrentes das relações típicas do chão de fábrica. As políticas públicas e o trabalho nelas desenvolvido apresentam-se sob uma determinada perspectiva dentro de uma nova morfologia que, ao ser considerada, apenas assim, torna possível as reflexões acerca dessas práticas e de como elas se constroem nesse contexto.

Além disso, quando falamos de políticas públicas, necessariamente precisamos localizá-las em um Estado específico, que, no nosso caso, possui características singulares no que diz respeito ao avanço e à organização social para o atendimento das necessidades do capital. O Estado brasileiro carrega, desde a sua formação, elementos próprios que, se não forem considerados em qualquer estudo de um fenômeno social, tornam ineficaz e superficial a produção de conhecimento acerca desse real.

Uma das particularidades em destaque nas análises que faremos é a forma como o fundo público é constituído, distribuído, e, especialmente, disputado. É sabido que, desde que o Estado brasileiro se formou enquanto estado democrático de direito, o fundo público tornouse a principal fonte de custeio das políticas, sendo ele, inclusive, que financia os salários dos servidores que movimentam a máquina pública na operacionalização e concretização de direitos sociais abstratamente garantidos por lei. A grande questão que nos inquieta é como, diante das alterações no mundo do trabalho e na maneira como o capital realiza e garante o processo de acumulação de riqueza e lucro, esse fundo público tem sido disputado? Estaria essa disputa contribuindo para a maneira como as práticas pedagógicas desenvolvem-se nos espaços educacionais supracitados?

Sendo assim, este ensaio tem por objetivo principal refletir acerca de como as tendências gerais do trabalho no âmbito dos serviços influenciam o trabalho na política de educação e dão forma às práticas pedagógicas, uma vez que estas representam a objetivação desse fazer profissional.

Nesse sentido, o caminho proposto é partir da análise mais geral sobre a teoria do valor-trabalho, trazendo elementos acerca de trabalho abstrato e concreto, produtivo e improdutivo, para assim chegar a uma apresentação do Estado brasileiro a partir do capitalismo monopolista. A partir disso, buscar uma compreensão acerca desse real na lógica atual de gerencialismo, destacando como, inclusive, tal lógica exerce determinações para a apropriação do fundo público pelas políticas sociais. Assim, a partir dessa primeira fundamentação, poderemos desenvolver a discussão acerca de como a nova morfologia que se constrói para o trabalho se estabelece do ponto de vista das políticas sociais e, dessa maneira, conferir destaque ao modo com que essa perspectiva tem se expressado nas práticas pedagógicas das instituições públicas de educação.

Dessa maneira, compreender o ethos empresarial na direção da conformação dos currículos, dos conteúdos e discursos presentes na escola permite-nos analisar como essa lógica tem direcionado o perfil do profissional exigido pelo mercado e de que tipo de mercado de não-trabalho-formal estamos tratando. O sistema acaba conformando a educação à realidade de desproteção social e de trabalho precarizado, transportando para a lógica educacional o discurso do "diálogo respeitoso", da "inteligência emocional", "capacidade de autocrítica", "gestão de conflitos", entre outros "perfis" de "novos trabalhadores", cada vez mais demandados ao sistema educacional.

Apesar da limitação, intrínseca ao perfil de um ensaio, cabe a este a tarefa profícua de socializar provocações e descobertas teóricas que serão base para futura pesquisa de campo na busca de melhor compreensão desse fenômeno do real e suas contribuições, não apenas para a manutenção da hegemonia de um projeto educacional vigente, mas, em especial, para as possibilidades de sua superação. Isso porque entendemos que não só "[...] a riqueza de uma teoria consiste em sua capacidade de permitir compreender a realidade, iluminar o social, interpretar o conjunto de relações sociais em operação" (Dal Rosso, 2014, p. 87), mas também consiste em contribuir para transformar essa realidade que se conhece.

Reflexões acerca do trabalho na esfera dos serviços sob a perspectiva da teoria do Valor-trabalho

O trabalho é condição natural e eterna do homem, sem o qual ele não pode existir, sem ele não há produção e nem reprodução da vida. Logo, na medida em que homem é agente de transformação, ao atuar sobre a natureza, modificando-a em prol de satisfazer suas necessidades, ambos se evidenciam como pressupostos da produção. Dessa forma, os trabalhadores e os meios de produção são os fatores fundamentais do processo produtivo. Entretanto, uma vez não relacionados, são apenas fatores em potencial da produção.

Além disso, de acordo com Marx, a análise dos processos produtivos deve ser, necessariamente, contextualizada historicamente. É no processo histórico que "a produção se transforma em produção capitalista" (Marx, 1974, p. 281). Cada vez mais, com o avanço histórico, desenvolvem-se os meios de produção e, também, a própria mercadoria força de trabalho, deixando evidente que, no processo produtivo, o saber tem um papel dominante e

determinante. Saber social esse que é produzido pelos sujeitos no processo de produção como uma atividade reguladora das forças da natureza.

Assim, a produção de riqueza passa, cada vez mais, a depender desses avanços tecnológicos e do saber intelectual dos trabalhadores e menos do tempo de trabalho e esforços desses trabalhadores. Temos como consequência disso uma subsunção real do trabalho científico ao capital, em que "a produção, quando já é comandada pelo capital, além de produzir a mais-valia, também produz um sistema de exploração e dominação geral das propriedades naturais e humanas tendo como suporte a ciência" (Hirano, 2001, p. 12).

A acumulação capitalista ganha forma de acumulação do saber e, assim, apesar de, do ponto de vista do capital, o trabalho de produção científica não gerar valor de troca e sim de uso, ele é um saber acumulado historicamente, necessário ao desenvolvimento das forças produtivas e, por isso, ao próprio capital. Portanto, "[...] o trabalho técnico-científico, quando subsumido ao capital, não só é produtivo como criador de utilidade, mas, também, como forma de se apropriar do excedente em forma de mais-valia" (Hirano, 2001, p. 14).

Além disso, a classe intelectual tem uma liberdade formal e constitui a força que dá legitimidade aos que exercem a dominação. Ela é a classe que produz elementos ideológicos que dão sustentação às concepções dominantes, e a tecnologia que transforma os meios de produção de tal forma que amplia a produtividade e a produção de riqueza acumulada pelos capitalistas e, com isso, incrementa a forma de explorar a classe trabalhadora.

O conteúdo concreto do trabalho é irrelevante para a determinação do trabalho como produtivo ou improdutivo. "Deste modo, conquanto o trabalho esteja subsumido ao capital, mesmo que esta subordinação seja apenas formal, este trabalho é produtivo, independente da forma material ou imaterial do valor de uso em que resulte" (Citrim, 2009, p. 138).

Outro elemento essencial na definição do trabalho na esfera dos serviços diz respeito acerca do que entendemos, à luz de Marx, por trabalho simples e complexo. Essa compreensão faz-se essencial, haja vista que, originalmente, o trabalho no âmbito das políticas sociais sempre se deu com uma maioria expressiva de trabalhadores complexos.

O trabalho intelectual ali desenvolvido estabelece um alto investimento na qualificação profissional. Entretanto, o movimento atual de simplificação do trabalho complexo (que veremos mais adiante) exige-nos retornar à compreensão dessas categorias para não cairmos na simplificação das transformações vivenciadas nas relações atuais.

Importa inicialmente esclarecer que a classificação de simples e complexo não é fixa, pois ela se dá, ao longo da história, de maneiras variadas dentro da cadeia produtiva e sempre se estabelece em comparações entre trabalhadores individuais distintos. Por trabalho simples Marx (2006) entende o trabalho social médio, ou seja, a atividade que pode ser realizada pela capacidade comum de trabalho, tanto física como espiritualmente. Logo, "é o conjunto das formas em que a força social média de trabalho pode ser despendida sem que seja necessária qualquer formação subjetiva especial prévia, isto é, atividades em que a força de trabalho se forma na própria prática do trabalho" (Cotrim, 2009, p. 144).

Uma vez que a capacidade e as forças de trabalho variam ao logo do desenvolvimento histórico, também varia a lista daquelas atividades que podem ser consideradas trabalho

simples. Logo, o trabalho simples é o trabalho social médio historicamente determinado. Já a força de trabalho complexa demanda maior tempo de formação e mais meios de produção. Logo, incorpora mais valor e custa mais para se reproduzir.

> Em suma, trabalho simples e trabalho complexo são definições relativas à atividade individual dos trabalhadores que as categorizam de acordo com uma determinação concreta: todas aquelas que se realizam pelo indivíduo médio, de modo que a especificidade da atividade é apreendida pela prática, fazem parte da categoria de trabalho simples; todas as atividades, por outro lado, que demandam formação especial da força de trabalho e com isso maior custo de produção e reprodução compõem a categoria de trabalho complexo (Cotrim, 2009, p. 152).

Assim, com o aumento da complexificação do trabalho, há consequentemente o aumento da acumulação capitalista, pois a produção cresce e o tempo necessário para ela reduz. Com isso,

> Na medida em que o trabalho produtivo organizado coletivamente apenas funciona na subordinação à necessidade do capital, o aumento da produtividade do trabalho se faz meio para a expansão do capital e, inversamente, a expansão do capital se faz motor para o incremento da produtividade do trabalho social (Cotrim, 2009, p. 171).

Portanto, o trabalho no âmbito das políticas sociais, uma vez subordinado aos interesses do capital, constitui-se, organiza-se e direciona-se a favor dos interesses do mercado e, mesmo se realizando no âmbito do Estado, estabelece mediações e possui determinações próprias da lógica empresarial privada. Dessa forma, importa compreender como o Estado brasileiro, constitui-se no contexto do capitalismo monopolista para, assim, compreendermos como tem se dado o trabalho nas políticas públicas.

O estado e suas funções na fase de capitalismo monopolista: sua forma de organização e as influências sobre o trabalho no âmbito das políticas sociais

O modo de produção capitalista trouxe consigo a produção generalizada e intensa de mercadorias, destruindo a unidade existente entre agricultura e produção artesanal. Essa relação de produção combina uma crescente divisão do trabalho com uma socialização das suas funções intermediárias, ou seja, daquelas que garantem o funcionamento do próprio setor produtivo, entre as quais se incluem aquelas próprias do setor de serviços.

Nesse sentido, na fase do capitalismo monopolista, em que a centralização dita a organização das empresas, a forma de busca pelo lucro do capital (tanto o comercial quanto o financeiro) precisa se apossar, cada vez mais, das funções intermediárias que se estabelecem no trabalho, para que seja possível dominar o tempo de giro do capital nos processos produtivos (entre eles, os agrícola).

Dessa forma, muda a relação entre os que vendem sua força de trabalho com qualificação específica e os que vivem de rendimentos: isso porque os serviços passam a ser convertido

em serviço capitalista, tornando-se objetivamente socializado. O setor de serviços amplia-se diante de dois fatores que se combinam: a impossibilidade de valorização do capital apenas na indústria e a diferenciação do consumo.

> Portanto, a lógica do capitalismo tardio consiste em converter, necessariamente, o capital ocioso em capital de serviços e ao mesmo tempo substituir o capital de serviços por capital produtivo ou, em outras palavras, substituir serviços por mercadorias: serviços de transporte por automóveis particulares; serviços de teatro e cinema por aparelhos privados de televisão; amanhã, programas de televisão e instrução educacional por videocassetes (Mandel, 1985, p. 285).

Essa tem sido uma importante tendência do Estado capitalista na sua fase monopolista. Entre suas funções estão: criar condições para a produção que as atividades privadas não conseguem garantir; reprimir qualquer ameaça, tanto da classe dominada quanto da dominante, ao modo de produção capitalista por meio do exército, da justiça e da polícia; garantir que a ideologia da classe dominante continue a preponderar, e que a classe dominada se submeta disseminando o entendimento enganoso de que tal situação é inevitável.

Nessa fase monopolista do capitalismo, segundo Netto (2006), potencializam-se as contradições, entre as quais destacamos a tendência de economizar o trabalho vivo com a necessidade de incremento de avanço tecnológico. Além dessa, temos exponenciada a contradição entre a socialização da produção e a apropriação privada dela, que se dá de maneira internacionalizada, em que os interesses externos se sobrepõem aos internos. Nessa lógica, para que os lucros sejam maximizados, exigem-se controles extraeconômicos, entre os quais se inserem as atuações estatais via políticas públicas. Nesse sentido, o Estado, que antes atuava apenas como guardião das condições externas para a produção, passa a ter uma atuação que incide diretamente na organização e na dinâmica econômica de maneira interna e constante. Nas palavras de Netto (2006, p.25), "[...] no capitalismo monopolista, as funções políticas do estado embrincam-se organicamente com as suas funções econômicas".

Assim, o Estado passa a administrar diretamente as crises e o faz, também, ao ser responsável por garantir a reprodução da força de trabalho, seja ela atuante ou excedente, definindo condições para sua inserção no mercado, bem como os locais onde essa será inserida de maneira a atender aos interesses dos projetos monopolistas (Netto, 2006).

Portanto, as demandas da classe trabalhadora podem ser atendidas pelo Estado, garantindo, exclusivamente e de maneira limitada, que elas se reproduzam, maximizando os lucros. Nesse sentido, conforme defende Netto (2006, p.29), o Estado é "permeável a demanda da classe subalterna que pode fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações". Por isso, as expressões da questão social, tornam-se foco da intervenção estatal por meio das políticas públicas usadas pelo Estado para administrar/controlar essas expressões.

Entretanto, as políticas sociais são muito mais do que antecipações do Estado utilizadas para gerir os conflitos e garantir a acumulação capitalista. Elas são, principalmente, fruto e decorrência das mobilizações e lutas das classes subalternas, reivindicações dos trabalhadores, resultado de enfrentamentos. Entendemos que essa sua característica essencial, entretanto, não dispensa seu caráter de classe e nem sua cooptação pelo mercado.

Nesse processo, as políticas educacionais, em especial aquelas técnicas e científicas, concedem ao capital recursos humanos qualificados, evidenciando a importância de refletirmos sobre a maneira como essa política, em específico, organiza-se, no contexto monopolista, para a formação da classe trabalhadora, na medida em que colabora, direta e indiretamente, com a reprodução do capital e da vida.

Importa considerar, contudo, que o Estado burguês, na construção ideológica, transmuta refrações da questão social em problemas sociais individuais, misturando as respostas privadas e públicas no enfrentamento dessas sequelas, sendo as condições sociais aquelas que definem por meio de qual âmbito essas sequelas são enfrentadas. Nessa perspectiva, surge a tendência apontada por Netto (2006) de psicologizar os problemas sociais. Aqui o autor não se refere a dar um tratamento profissional (com psicólogos) dos problemas sociais, e sim a culpar os sujeitos envolvidos nessas expressões da questão social como aqueles unicamente responsáveis por sua condição e, portanto, por sair dela.

Nessa lógica, as expressões da questão social são externas às instituições da sociedade burguesa, deixando de ser uma questão estrutural e concreta e passando a se referir a questões abstratas e mentais, de ordem espiritual. Segundo Netto (2006), não temos a conversão de psicologização à individualização, e sim a sua transmutação em dois movimentos, a saber: a deseconomização e des-historização da questão social e a tendência a atuar sobre ela de acordo com expressões próprias da alma.

Temos, sob a lógica do capitalismo monopolista, a contradição de destaque, em que convivem na questão social: o traço público, que conduz à sua regulação por meio de mecanismos econômicos e políticos; e o privado, em que seu enfrentamento passa pela disciplina psicossocial dos sujeitos excluídos.

Sendo assim, o Estado se organiza de maneira a que suas políticas atendam a uma nova lógica do capital monopolista. Há, nesse contexto, a ampliação de suas funções e a sua subordinação à lógica mercantil em tempos de financeirização. Nessa perspectiva, a maneira como as empresas são geridas e constituídas acaba por dar a direção de como o Estado também será regulado e formado, bem como serão organizadas as práticas profissionais no âmbito das políticas públicas, entre elas a educacional.

As particularidades do Estado brasileiro e as novas tendências do trabalho na esfera dos serviços: os impactos na utilização do fundo público e na definição das políticas sociais

Mais importante do que tratar do Estado na sua fase monopolista é compreender essa fase do capitalismo sobre um solo de capitalismo dependente e periférico. No Brasil, o desenvolvimento do capitalismo dá-se com a junção conhecida do arcaico e do moderno. Isso quer dizer que, sob a nossa sociedade, elementos tradicionais convivem concomitantemente com os novos. Além disso, a expansão do sistema capitalista no Brasil tem como parte da acumulação do setor urbano industrial o avanço do setor terciário. Isso porque os serviços, além de serem depósitos de exército industrial de reserva, são adequados ao processo de acumulação capitalista, reforçando a concentração de renda.

Além disso, a expansão do capitalismo no Brasil estará garantida na dialética das forças interiores e será determinada pelas possibilidades de mudanças internas do modo de acumulação, pelo estilo de dominação, pelas estruturas do poder e pelas determinações que lhes são próprias.

Uma das características da particularidade do desenvolvimento capitalista brasileiro é devido ao fato de seu progresso não ter como pré-condição a destruição completa do antigo modo de acumulação. A outra particularidade refere-se a como a economia industrial urbana se estrutura no país no que diz respeito à absorção de mão de obra pelo setor secundário e terciário, em que se desconstrói a ideia defendida de um inchaço do setor terciário, como se em nada se relacionasse com o secundário, quando na verdade é decorrente do próprio aumento da absorção de mão de obra pelas indústrias. Por fim, mas não menos importante, na história do país, o escravismo fazia com que o escravo tivesse um custo de reprodução interno ao processo produtivo, o que era um óbice para a industrialização.

No Brasil, a inserção de trabalho morto e tecnologias deu-se sem que necessariamente o trabalho vivo ficasse tão caro que se tornasse imperiosa essa introdução como forma de baratear os custos e garantir a mais-valia ou sua expansão; queima-se, assim, várias etapas no processo de produção. Segundo Oliveira (2011, p.45), esse fator, somado às leis trabalhistas, revela e aumenta a produtividade das inversões, a saber: "[...] por essa forma, o problema não é que o crescimento industrial não crie empregos – questão até certo ponto conjuntural –, mas que, ao acelerar-se, ele pôs em movimento uma espiral que distanciou de modo irrecuperável os rendimentos do capital em relação aos de trabalho".

Soma-se a isso, segundo Fontes (2010), o fato de que o avanço do capitalismo nas sociedades periféricas respeita o atendimento tanto à concentração de recursos sociais quanto à recriação permanente das expropriações. Segundo a autora, a expropriação massiva e constante dos trabalhadores é condição global para a exploração capitalista, sem ela essa opressão não apenas não se inicia, como não se desenvolve e nem chega a seu ápice.

Em Marx, é evidente a dinâmica de ampliação constante do capital, que é condição para a sua reprodução, e "isso significa que massas crescentemente concentradas de recursos impõem ao conjunto da vida social uma extração acelerada e intensificada de mais-valor" (Fontes, 2010, p. 24).

Uma vez entendidas as novas expropriações, torna-se possível compreender que, em decorrência delas, surgem as inovadoras maneiras de exploração da classe trabalhadora e as tendências mercadológicas sobre o trabalho no âmbito das políticas sociais. Isso porque as expropriações revelam relações sociais que garantem a reprodução do sistema e carregam como resposta às suas consequências a atuação do Estado via políticas públicas. Portanto,

> A expropriação capitalista não é uma relação entre "coisas", ainda que incida sobre "coisas" (como a terra), nem entre pessoas e coisas (ainda que as envolva), mas uma relação social, entre classes, através da qual grupos crescentes de trabalhadores são incapacitados de assegurar sua plena existência, impedidos de recuar para as antigas formas, mesmo quando não se lhes oferece condições para assegurar sua subsistência nas novas modalidades sociais (Fontes, 2010, p. 83).

Isso acontece na medida em que para a expansão do capitalismo e de sua acumulação e reprodução é necessário expandir simultaneamente as condições que tornam os trabalhadores ainda mais dependentes e disponíveis, as condições de exploração do capital, seja qual for a forma jurídica em que seu trabalho ou disponibilidade para ele se dê.

Por isso, a expropriação não é um fato histórico datado e passado, mas sim uma realidade permanente para que o sistema capitalista se mantenha e supere suas crises. As mudanças no mundo do trabalho, o aumento do Estado e de suas funções, a adoção da lógica privada no âmbito estatal, a perda de direitos e a apropriação e a disputa pelo fundo público entre políticas públicas e empresas privadas são alguns dos exemplos que deixam evidente que o ponto de vista de Fontes (2010) tem maior correspondência com o real do que o daqueles que acreditam que a expropriação teve seu fim no processo de perda da posse da terra e dos meios de produção pelos trabalhadores na fase de pré-capitalismo.

Nesse entendimento, "as expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofundase e generaliza-se com a expansão capitalista" (Idem, p. 45). São as expropriações dos tempos atuais ainda mais violentas, uma vez que se valem de um fetiche de necessidade e de impossibilidade histórica destinta e criam sobre os trabalhadores a ilusão de melhoria, de participação e de controle dos processos que circunscrevem sua própria vida.

Garantir as condições gerais de reprodução do capital envolve atuar na produção do consenso entre classes e intraclasses. Essa função só pode ser desenvolvida pelo Estado e representa uma ampliação do seu papel em relação às suas funções. Tal garantia só pode ser sustentada sob um aparato técnico burocrático e organizacional que se desenvolva com uma apropriação pelo Estado de parte do valor socialmente produzido. Não dá para pensar o Estado sem considerar a sua base material de institucionalização.

Foi então, exatamente nesse momento de passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, que o Estado precisou ampliar-se do ponto de vista de áreas, competências e espaços de atuação, que foram dadas as condições sócio-históricas para a implementação das políticas públicas.

Segundo Behring (2012), essa implementação deu-se para a garantia de valorização do valor e de acumulação capitalista. Por isso, na sua concepção, é evidente que as políticas sociais participam do circuito do valor. Por meio das políticas sociais, o Estado realiza compras, paga salários, contrata mão de obra, contrai dívidas e até injeta recursos nos bancos, transferindo para eles o papel de gerir seus benefícios de transferência de renda, por exemplo.

É preciso, entretanto, garantir, para essa ação do Estado, um lastro de financiamento que, por sua vez, se torna possível quando o capital está concentrado e centralizado ao ponto de ter condições de ser expropriado para a manutenção e a ampliação das funções estatais.

Tanto as funções coercitivas quanto as no campo da hegemonia, que não são operadas apenas pelas instituições estatais, mas também, a partir dos aparelhos privados de hegemonia, cumprem uma função no campo da ideologia mediada por ações práticas, logo na consolidação de alguns "direitos" que são operados pelas vias dessas instituições.

Operam nesse processo, mas o fazem por práticas que asseguram determinados benefícios para a população. Isso é relevante na medida em que cria uma estrutura organiza-

cional que apresentou expressivo crescimento ao longo do século 20. Tais benefícios se veem assegurados, seja do ponto de vista do aparato militar, seja do judiciário e legislativo, seja por meio de ações mais voltadas para políticas sociais via programas e serviços operados ora pelo Estado, ora por esse conjunto de organizações da sociedade civil.

Para pensar a ampliação do campo profissional nas chamadas políticas sociais, é preciso entender que elas resultam das lutas sociais e, por isso, colocam-se num plano de reivindicação por parcelas da classe trabalhadora e pela trajetória dos movimentos sociais e sindicais via expansão da chamada social-democracia. Por sua vez, representaram, objetivamente, um alargamento das possibilidades de atendimentos de certos carecimentos da população, mediados por uma ação interventiva por parte do Estado. Isso é importante para compreender como a estrutura de organização e ampliação do Estado também é derivada das lutas sociais, ela não é autônoma e muito menos independente da luta de classes.

Quanto mais o Estado encontra-se fundamentado em um conjunto de políticas que se baseiam no reconhecimento de determinados sujeitos coletivos (negros, indígenas, mulheres, LGBTQI+...), mais amplia seu campo de atuação. Logo esse campo não é organizado por meio de um princípio lógico automático, mas acaba tendo como próprio e comum a organização capitalista do Estado que fragmenta, propositadamente, as demandas. Tal fragmentação, por sua vez, colabora com a lógica e a tendência vigentes no âmbito das políticas públicas para uma especialização do trabalho na esfera da reprodução com vistas a manter a dominação da burguesia sobre as classes subalternas.

A fragmentação das demandas leva a respostas também fragmentadas, e com isso perde-se a dimensão de totalidade desses fenômenos e especializa-se a atuação do Estado, consequentemente de seus agentes/trabalhadores, profissionalizando suas ações. Para que o Estado garanta o atendimento mesmo que fragmentado das necessidades dos trabalhadores, via políticas públicas, têm sido cada vez mais necessárias as tais expropriações constantes. O financiamento das ações estatais decorre das expropriações dos trabalhadores que ainda conservam algum grau de formalidade em suas relações trabalhistas.

O Estado cumpre um papel decisivo para que a manutenção dessa sua função de garantir as condições de segurança do capital seja assegurada pelo direcionamento do fundo público para fazer o que antes o próprio capital fazia, mas agora precisa da sua intervenção.

A manutenção dessa lógica além de depender do direcionamento do fundo público, está sujeita a que parcela dele garanta as condições de reprodução da classe trabalhadora que se insere, precariamente, na formação de mais-valia, tornando necessárias, assim, as políticas públicas. Outro fator considerável se evidencia na cisão da classe trabalhadora a partir da lógica da financeirização, criando estratégias de sobrevivência que se alimentam da lógica do capital fictício (como os fundos de pensão privados).

Isso rebate na atividade profissional no campo da política, pois parte do recurso que a financia está indo para o financiamento da dívida e do capital; parte do nosso público não tem perspectiva de formalização do trabalho e, por último, há uma captura ideológica do próprio movimento dos trabalhadores que, por um lado, lutam pela defesa dos seus direitos e, por outro, gestam fundos que expropriam os seus próprios recursos.

Segundo Granemann (2007), outro fator que merece nossa atenção nesse processo é o fato de as políticas sociais no capital monopolista servirem como uma forma de inserir a força de trabalho no mundo financeiro. Nesse sentido, elas deixam de ser equipamentos públicos e passam a ser "direitos monetarizados", que são operados pelos bancos e mercados financeiros. A autora destaca ainda o equívoco de considerar como políticas sociais os serviços sociais oferecidos via mercado. Segundo ela, essa adoção equivocada do termo envolve um fetiche de que o capital pode operar direitos e benefícios de maneira justa e universal; quando na verdade são ações restritas e focalizadas, haja vista que no capital imperam os limites da extração de mais-valia e da propriedade privada.

Atendendo a essa mesma lógica, alegar que existe uma relação de interdependência entre o público e o privado evidencia a tentativa de ocultar a socialização dos recursos públicos produzidos pelos trabalhadores para garantir a expansão dos lucros do capital, e com isso temos que "[...] a cooperação entre a mercantilização dos serviços sociais e a monetarização da proteção social operada pelo Estado revelam a redução do valor da força de trabalho, assim como o aprofundamento da taxa de exploração da classe trabalhadora" (Granemann, 2007, p. 64).

Instaura-se sob a forma de organização do Estado uma lógica chamada por Dardot (2016) de "governança de estado", na qual o Estado exerce seu papel de forma cada vez mais indireta, orienta instituições privadas e incorpora seus códigos e padrões de conduta. Tem sido constituída uma espécie de Estado estrategista, em que

> [...] do mesmo modo como a gestão privada visa a fazer com que os assalariados trabalhem o máximo possível por meio de um sistema de incentivos, a "governança de Estado" visa oficialmente a fazer com que entidades privadas produzam bens e serviços de forma supostamente mais eficiente e outorga ao setor privado a capacidade de produzir normas de autorregulação no lugar da lei (Dardot, 2016, p. 273).

Existe subjacente a essa lógica um pressuposto de que os fracassos do Estado são piores e mais prejudiciais do que os do mercado privado. Por isso, as empresas têm prioridade e são tomadas como quem garante o progresso, estabelecendo-se uma ênfase na competitividade, em que

> O postulado dessa nova "governança" é que a gestão privada é sempre mais eficaz que a administração pública; que o setor privado é mais reativo, mais flexível, mais inovador, tecnicamente mais eficaz, porque é mais especializado, menos sujeito que o setor público a regras estatutárias (Dardot, 2016, p. 283).

Estabelece-se uma gestão do controle e os trabalhadores das políticas começam a ser avaliados por desempenho, a trabalhar por metas externas e a submeter sua autonomia profissional a modelos e plataformas de trabalho sem qualquer identificação com suas competências, habilidades e até mesmo com seus compromissos éticos.

Nesse sentido, compreender o trabalho no âmbito das políticas sociais envolve entender os desafios que esses trabalhadores têm diante de uma forma de organizar e estabelecer o trabalho nesse cenário.

Quando tratarmos das práticas pedagógicas executadas nas instituições públicas de ensino, não podemos perder de vista que elas também se constituem dessa dimensão gerencialista do Estado. São objetivadas e idealizadas com base em um projeto específico de intervenção estatal e de formação da classe trabalhadora também sob a lógica privatista e empreendedora das relações trabalhistas e de reprodução da vida.

Essas práticas não são meras abstrações e nem acontecem fora desse contexto. Na verdade, refletem as contradições de um sistema capitalista que se desenvolve pela ampliação privada das funções do Estado, pelas expropriações constantes dos direitos e pela financeirização do fundo público.

A política de educação e as práticas pedagógicas como expressão da objetivação do trabalho na educação: um fazer teleologicamente determinado ou mecanicamente operado?

Conforme vimos as práticas pedagógicas são objetivação de um trabalho no âmbito da política pública de educação, não apenas a materialidade desse trabalho, mas também a prévia ideação dele, seu planejamento. Assim como todas as demais políticas sociais, essa também se submete às transformações decorrentes da transição do capitalismo concorrencial para o monopolista. Sobre ela, também incidem a atual lógica gerencialista e todas as tendências que trazem para o trabalho no âmbito do Estado formas de atuação privadas, dentro da lógica da competitividade, das metas, das avaliações de desempenho, do atendimento a padrões, formulários e até mesmo propostas e exigências do "novo mercado de trabalho".

Quando falamos de educação, isso fica, ainda mais evidente. Em especial, tratando-se de uma educação de nível médio integrado ao técnico, a qualificação da mão-de-obra especializada que encontramos nos Institutos Federais carrega uma enorme contradição.

Estamos falando de um espaço qualificado, com profissionais educadores que possuem uma formação de excelência (nos mais elevados níveis de estratificação acadêmica formativa) e de uma ampla e diversificada aparelhagem do ponto de vista de materiais a serem utilizados nas práticas pedagógicas (disponíveis em laboratórios e equipamentos, mas também em projetos de pesquisa e extensão) e até em relação a suporte financeiro para estudantes de baixa renda via política de assistência estudantil.

Apesar de todas as limitações do ponto de vista do orçamento dessas instituições (com o considerável sucateamento dessas instituições nos últimos anos em especial após a EC n°95/2016, que congelou os investimentos em educação, e os cortes expressivos no orçamento na rede federal de educação[1]), relacionados à disputa do fundo público, ainda falamos de um espaço privilegiado do ponto de vista de educação pública de qualidade. A qualidade que destacamos dessa educação também se relaciona com as práticas desenvolvidas pelos trabalhadores dessa política que conjuntamente, intencionalmente ou não, colaboram para a formação de um perfil de trabalhador.

1 O orçamento do MEC saiu de 114,9 bilhões executados no ano de 2015 para 90,29 bilhões executados no ano de 2020. Conforme dados do portal da transparência do MEC "Educação para Todos", obtidos na reportagem: Educação pública perdeu quase 40% do orçamento em seis anos.

Diante da expropriação constante dos direitos trabalhistas, do discurso preponderante ao empreendedorismo e da subsunção dos trabalhadores à inserção precarizada nas relações que garantem a reprodução da sua vida; a formação obtida pelos jovens nos IFs tem em muito extrapolado as possibilidades de trabalho que esses mesmos jovens depois de formados terão. Quando muito, no contexto de precarização do trabalho que vivemos, os IFs têm cooperado para a qualificação de Ubers, operadores de aplicativos e microempreendedores que serão proletários de si mesmo (Antunes, 2018).

Entretanto não é apenas para formar trabalhadores braçais que as práticas pedagógicas construídas nesse espaço se desenvolvem. Fugindo à dimensão meramente produtivista e mecanicista desse tipo de educação, os profissionais que atuam nessa instituição constroem seu fazer, também, para uma formação ampla, generalista e desinteressada dos trabalhadores (Gramsci, 1988). Estabelecem relações e apresentam sua atuação, assumindo um compromisso com a formação de uma consciência de classe trabalhadora para si. Muitas das práticas pedagógicas desenvolvem-se na contramão das demandas impostas pelo Estado a seus trabalhadores.

Logo, o que podemos perceber é que essas práticas também são carregadas de contradições em que não encontramos apenas o compromisso de formar trabalhadores adestrados e ideologicamente subordinados à nova lógica do sistema capitalista, mas sim um fazer profissional comprometido com a construção de uma nova sociedade.

O trabalho no âmbito das políticas sociais, uma vez caracterizado como essencialmente intelectual, possui, na política de educação, ainda mais identificação com essa caracterização. Aparentemente existe, intrínseco à dimensão da objetivação desse trabalho, via práticas pedagógicas, um pôr teleológico que as precede e impera na sua condução.

Entretanto, o que resulta dessas práticas não necessariamente é decorrente de pores teleológicos. Isso porque, entre outros motivos, nem tudo que se relaciona com o fazer profissional é teleológico. Existem causalidades que, inclusive, fogem à capacidade de prévia ideação. Logo, até aquilo que aparentemente não tem sentido algum nas práticas pedagógicas tem direção do ponto de vista de causalidade.

Isso tudo acontece conforme vimos pelo debate anteriormente desenvolvido neste ensaio. Uma vez que o trabalho no âmbito das políticas sociais tem uma dimensão contraditória, o conjunto das ações intencionais desses trabalhadores imprime um sentido para a prestação dos serviços, apesar de se desenvolver atravessado pela lógica e pela intencionalidade neoliberal já incorporada talvez em conceitos, rotinas e práticas.

Isso não desqualifica o trabalho, mas coloca a necessidade de esse trabalhador individual e coletivamente compreender a sua prática profissional nessa dimensão contraditória. Ou seja, o trabalhador predominantemente capacitado ao trabalho complexo, diante da tendência à padronização, ao atendimento das metas, à definição de formulários e objetivos engessados da logica empresarial, no âmbito do Estado, está cada vez mais subordinado a uma prática simplificada.

A autonomia do trabalhador intelectual, que, em tese, tem maior domínio sobre os meandros do trabalho, vê-se cada vez mais reduzida diante da influência que as novas formas de organização do trabalho no espaço privado têm trazido para o espaço público. A limitação dessa autonomia precisa ser enfrentada, pois ainda que o trabalho exercido seja alienado, essa característica é fundamental na garantia da possibilidade de um direcionamento político

pedagógico que seja construído coletivamente, condição essa que, em si, já é uma realidade contra-hegemônica.

Além disso, é preciso compreender que as escolhas dos trabalhadores não se realizam sobre alternativas ideais. Nesse sentido, por mais que a autonomia não altere as condições sobre as quais o trabalho é realizado, ela garante que as escolhas sejam feitas sobre alternativas que não são escolhidas. A esse respeito temos que

> O sujeito só pode tomar como objeto de seu pôr de fim, de sua alternativa, as possibilidades determinadas a partir e por meio desse complexo de ser que existe independentemente dele. E é do mesmo modo evidente que o campo das decisões é delimitado por esse complexo de ser; é óbvio que a amplitude, a densidade, a profundidade etc. cumprem um papel importante na correção do espelhamento da realidade; isso, porém, não elimina o fato de que o pôr das cadeias causais no interior do pôr teleológico é – imediatamente ou mediatamente – determinado, em última análise, pelo ser social (Lukács, 2013, p. 73).

Logo, as práticas pedagógicas desenvolvidas em uma determinada instituição de ensino não alteram a lógica geral posta para o projeto de educação brasileiro, porque a alteração desse projeto mais amplo não depende de ações específicas de sujeitos educadores, entretanto sua mudança também não prescinde dessas atuações. Isso porque a construção de nova hegemonia, a superação da condição de dominação de classes e até mesmo do projeto de educação reprodutor de alienação não podem ser superadas sem que tensionamentos sejam construídos, e eles o são por meio das ações dos trabalhadores das políticas, que, no espaço educacional, se dão através das práticas pedagógicas ali desenvolvidas.

Ou seja, por mais que não se altere necessariamente a realidade mais ampla, como podemos pensar em construção de contra hegemonia no projeto de educação se ela não estiver enraizada em práticas pedagógicas concretas de educadores e alunos? Nesse processo, os sujeitos podem até não ter consciência de que estão fazendo isso, mas o fortalecimento da hegemonia existente ou o seu questionamento necessariamente estão presentes nessas práticas.

A esse respeito, elucida-nos Lukács (2013) quando esclarece que é somente por meio desse pôr teleológico que os meios e objetos, portanto, as condições de trabalho, deixam de ser coisas naturais e passam a receber o pôr socialmente existente no processo de trabalho:

> Com efeito, tanto o meio de trabalho como o objeto de trabalho, em si mesmos, são coisas naturais sujeitas à causalidade natural e somente no pôr teleológico, somente por meio desse, podem receber o pôr socialmente existente no processo de trabalho, embora permaneçam objetos naturais. Por essa razão, a alternativa é continuamente repetida nos detalhes do processo de trabalho: cada movimento individual no processo de afiar, triturar etc. deve ser considerado corretamente (isto é, deve ser baseado em um espelhamento correto da realidade), ser corretamente orientado pelo pôr do fim, corretamente executado pela mão etc. Se isso não ocorrer, a causalidade posta deixará de operar a qualquer momento e a pedra voltará à sua condição de simples ente natural, sujeito a causalidades naturais, nada mais tendo em comum com os objetos e os instrumentos de trabalho (Lukács, 2013, p. 69).

Apesar de, nessas passagens, o exemplo utilizado pelo autor ser o de um trabalho essencialmente manual, ao dizer que a pedra volta à sua condição natural deixando de existir enquanto um instrumento de trabalho, podemos compreender que, sem o pôr teleológico direcionando as práticas pedagógicas dos educadores e estudantes, elas voltam a se constituir como meras objetivações burocráticas de legislações abstratas ou como metodologias vazias.

Nesse sentido, a dimensão das práticas pedagógicas é uma seara essencial para captar esse movimento, uma vez que elas se relacionam e impactam umas as outras, mesmo que os pores teleológicos que as impulsionam sejam ou não conscientes e coincidentes, e acabam fazendo com que as pessoas ajam da mesma forma. Esse movimento vai constituindo as práticas hegemônicas e as contra-hegemônicas. Nesse sentido, são inclusive um trabalho coletivo, pois, mesmo que assumidos individualmente, constroem-se no coletivo. Necessariamente precisam do outro para existir.

Com isso, queremos dizer que, para além da percepção comum que temos de que o trabalho no âmbito das políticas necessariamente envolve os trabalhadores e os seus usuários, quando falamos dele no espaço educacional, o trabalho vai para além dessa via de atuação e recepção da ação. Isso porque uma prática só é pedagógica quando ela se desenvolve com o retorno do que a recebe na mesma intensidade. Ou seja, para uma prática pedagógica se desenvolver, não basta a ação do trabalhador da educação, é imprescindível a ação do educando. É do retorno que essa prática de fato resultar na formação dos sujeitos que se avalia se ela foi pedagógica. Logo, não basta ser um educador, do ponto de vista de ocupar um cargo em uma instituição de ensino, ser um professor ou técnico em assuntos educacionais, para que seu trabalho nessa política seja uma prática pedagógica.

Essa prática carrega em si a brilhante necessidade de ecoar no outro também uma ação, que inclusive não necessariamente será devolvida na mesma intensidade, nem dentro das expectativas daquele que a imprimiu. Da mesma maneira, as práticas pedagógicas não se estabelecem sempre em uma via de mesmo sentido (dos educadores para os educandos). Seu ponto de partida não é sempre o mesmo, nem seu ponto de chegada. Por isso analisá-las é captar o real em constante movimento.

Uma questão central é que, apesar de nem tudo ser teleologia e de existir uma parte considerável que é causalidade, o que eu ponho em curso, com uma intenção, nem sempre vai ter como resultado o que eu projetei. Pode até ser que a maior parte atenda ao previamente esperado e idealizado, entretanto, independente disso, tudo acaba colocando em curso cadeias causais reprodutoras de processos sociais que são reprodução de hegemonia ou de contra-hegemonia.

Nesse sentido, é importante a compreensão de que o fazer consciente não vai deixar de pôr em ação outras causalidades com relação às quais não se tem domínio, mas aquela ação agora passa a ser consciente e, por isso, pode conscientemente e intencionalmente favorecer uma ou outra concepção de educação. Essa intencionalidade não pode ser minimizada, pois necessariamente ela permite a articulação com outras práticas com a mesma intenção e, com isso, há possibilidade de realização de um trabalho mais coletivo, com um potencial maior de impactar na hegemonia existente.

Além disso, a consciência permite que o trabalhador tenha maior controle sobre os resultados esperados com seu trabalho (maior estratégia em seu fazer profissional) e, inclusive, tenha maior capacidade de prever parte daqueles elementos da ordem das causalidades que, mesmo não estando todos sob seu domínio, poderiam interferir nos seus objetivos.

Com isso, temos que a análise das práticas pedagógicas precisa se dar considerando a percepção desses elementos aqui apresentados e sob a lente de compreendê-las nessa perspectiva como elementos do fazer profissional, trabalho objetivado, que dão concretude a pores teleológicos, sejam eles conscientes ou não. Ter esse compromisso permite-nos, inclusive, apresentar contribuições acerca de como práticas pedagógicas podem ser desenvolvidas de modo a apresentar possibilidades reais de posicionamento político pedagógico coletivo e contra-hegemônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há muito o que se considerar quando as reflexões são desenvolvidas cheias de ponderações, dúvidas, questionamentos, indagações e proposições. Além disso, não há nada de final nos conteúdos em constante movimento aqui elucidados e pesquisados. Na verdade, o que este ensaio apresenta são considerações iniciais de uma pesquisadora curiosa que resolveu debruçar-se sobre um aspecto do real que dá concretude à dimensão ideológica e pedagógica da reprodução do sistema capitalista.

Com isso, queremos dizer que estudar as práticas pedagógicas desenvolvidas no chão de uma escola pública de educação profissional e tecnológica de nível médio integrado ao técnico, e como essas práticas se constroem no que diz respeito à sua dimensão contraditória, é um desafio, envolve um cuidadoso e redobrado esforço de ter atenção para evitar tanto a tendência de apenas reproduzir um discurso fatalista, de que a educação em uma sociedade capitalista é simplesmente uma educação burguesa, quanto o impulso idealizador de quem até quer acreditar que ela é, em si, revolucionária e crítica (e não possível de ser).

As presentes reflexões permitem que os riscos a esses extremos não científicos sejam consideravelmente reduzidos. Entretanto, escapar deles não é totalmente garantido. Por isso, fazer um constante retorno aos referenciais teóricos aqui adotados e suas contribuições sócio-históricas para pensar o real é indispensável a um método de conhecimento científico que considera que ele é acumulativo, aproximativo, concreto, histórico, teórico e prático.

Sejamos firmes no compromisso de desvelar a essência do que nos aparece como mistificação e fetiche da realidade. Estejamos preparados para isso, entendendo que as práticas profissionais do trabalho no âmbito do Estado não são realidades isoladas e nem inovadoras, em uma sociedade em que o trabalho não perdeu a sua centralidade, apesar de insistirem nesse discurso como forma de enfraquecer a luta da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, E. "Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social". *In*: BEHRING, E. *et al*. (org.). **Financeirização, fundo público e política social.** São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 95**. Aprovada em 15 de dezembro de 2016. Brasília, 2016.

COTRIM, V. **Trabalho produtivo em Karl Mar:** velhas e novas questões. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2009. p. 132202.

DAL ROSSO, S. Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27. n. 70, p. 75-89, jan./abr. 2014.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo.** São Paulo: Boitempo, 2016.

FONTES, V. **O Brasil e o capital- imperialismo**: teoria e história. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010. pp 21-62.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GRANEMANN, S. Políticas sociais e financeirização dos direitos do trabalho. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 57-68, 2007.

HIRANO, S. Política e economia como formas de dominação o trabalho intelectual em Marx. Tempo Social. **Revista de Sociologia**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 01- 20, 2001.

LAMPERT, A. Educação pública perdeu quase 40% do orçamento em seis anos. **Extra Classe: SINPRO/RS**, 11 nov. 2021. Disponível em: -publica-perdeu-quase-40-doorcamento--em-seis-anos/. Acesso em: 21 jun. 2022.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MANDEL. E. **O Capitalismo Tardio**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural. 1985. (Os Economistas). p. 265-285; 333-350.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).

MARX, K. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I. 23 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Cap. V, v. 1.

NETTO. J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez. 2006.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2011.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS DE AUTORES E AUTORAS

1 Adriana Freire Pereira Férriz - Doutora em Sociologia, professora de Serviço Social na UFBA. Pesquisa democracia, controle social, políticas de educação e Serviço Social na educação. E-mail: adriana.ferriz@ufba.br

2 Eliana Canteiro Bolorino Martins - Pós-Doutora em Serviço Social pela UERJ (2019), doutora pela PUC/SP (2007) e mestre pela UNESP (2001). Docente na UNESP/SP e bolsista de produtividade CNPq. Lidera o GEPESSE e pesquisa política de educação e atuação do assistente social na educação e área sociojurídica. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

3 Wagner Roberto do Amaral - Graduado em Serviço Social, mestre e doutor em Educação, com pós-doutorados em Estudos Interculturais (México) e Educação Superior para Povos Indígenas (Argentina). Professor na Universidade Estadual de Londrina e ex-diretor de Diversidade na Secretaria de Educação do Paraná (2004-2010). Atua na coordenação nacional para implementar a Lei 13.935/2019 pela ABEPSS.Graduado em Serviço Social, Mestre e Doutor em Educação, Pós-doutorado em Estudos Interculturais pela Universidad Veracruzana/México e Pós-doutorado em Educação Superior para Povos Indígenas na América Latina pela Universidad Nacional Tres Febrero/Argentina. Professor do Departamento de Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. Atuou como Diretor do Departamento da Diversidade na Secretaria de Estado da Educação do Paraná (2004-2010). Membro da Coordenação Nacional pela Implementação da Lei 13.935/2019 – Assistentes Sociais e Psicólogas/os na educação básica representando a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

4 Eblin Farage - Assistente social formada pela UFF, mestre e doutora em Serviço Social pela UFRJ e UERJ. Professora associada e coordenadora do NEPFE na UFF. Trabalhou na Maré, onde ajudou a fundar a Redes da Maré, e pesquisa temas urbanos, favelas, educação popular e movimentos sociais. Assistente Social formada pela UFF, Mestre e Doutora em Serviço Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ e da UERJ, respectivamente. Atualmente é professora associada da Escola de Serviço Social da UFF e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF (PPGSSDR). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE). Trabalhou na Maré por mais de dez anos, onde contribuiu com a fundação da Redes da Maré. Atualmente desenvolve pesquisas e projetos de extensão no campo da questão urbana, com ênfase em favelas e na Maré, educação popular, movimentos sociais e educação superior pública. E-mail: farage.eblin@gmail.com

5 Carlos Felipe Nunes Moreira - Faculdade de Serviço Social da UERJ. Doutor em Serviço Social. Graduando em Pedagogia. E-mail: felipe_pito@yahoo.com.br

6 Amor António Monteiro - Doutor e mestre em Serviço Social pela PUC-SP, diretor e professor na Universidade Católica de Angola e pesquisador no CNPq. Atua em saúde pública, auditoria e assistência social. Autor de dois livros e consultor em desenvolvimento comunitário.

7 Simão João Samba - Graduado em Serviço Social, com mestrado e doutorado pela PUC-SP e especialização em Agregação Pedagógica pela Universidade Católica de Angola. Professor e pesquisador na área de Serviço Social, atua em temas como exclusão social, desigualdade, juventude e trabalho informal.

8 Eliana Gricel Vasquez - Directora de Psicología Comunitaria y Pedagogía Social na Dirección General de Cultura y Educación de la Provincia de Buenos Aires. Professora adjunta em Política e Instituciones Educativas na Universidade Nacional de La Plata e em Teoria da Intervenção I na Universidade Nacional Arturo Jauretche. E-mail: elianagricelv@yahoo.com.ar

9 Rafael Gonçalves dos Santos - Assistente social, bacharel e mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Campus de Franca/SP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas na Infância e Adolescência (GEPPIA).Assistente Social.Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadua. ORCID: http://orcid.org/0000-0003-3096-7223. E-mail: rafael.goncalves@unesp.br.

10 Eliana Bolorino Canteiro Martins - Assistente social, doutora em Serviço Social pela PUC/SP e Pós-Doutora pela UERJ. Docente na UNESP (Campus de Franca/SP) e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (nível 2). Coordenadora do GEPESSE, com linha de pesquisa em Estado, Políticas Sociais e Serviço Social. Assistente Social. ORCID: orcid.org/0000-0002-7796-8437. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br.

11 Yukari Yamauchi Moraes - Bacharel em Serviço Social e discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP (Campus de Franca/SP), sob orientação da Prof.ª Dr.ª Eliana Bolorino Canteiro Martins. Membro do GEPESSE, com linha de pesquisa em Estado, Políticas Sociais e Serviço Social. ORCID: 0000-0001-8730-7053 E-mail: yukari.yamauchi@unesp.br

12 Paula Cunha Guimarães Batatel Belmonte Santana - Assistente social, graduada pela UERJ, com especializações em Projetos Sociais e Saúde do Idoso. Mestre em Serviço Social pela PUC-SP. Coordenadora de equipe multiprofissional em educação profissional e membro de grupo de estudos sobre Serviço Social na Educação. ORCID: 0009-0003-5716-0187. E-mail: paulacunhag@hotmail.com

13 Williana Angelo - Assistente social no Instituto Federal de São Paulo – IFSP, doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -PUC/SP., ORCID: 0000-0001-6708-6628. E-mail:, williangel@gmail.com

14 Fernanda Andrade Garcia - Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Unesp/Franca - SP. Integrante do grupo de pesquisa FIAPO/UNESP-Franca. ORCID: 0000-0003-2023-1167. E-mail: fernanda.garcia@unesp.br

15 Gustavo José de Toledo Pedroso - Professor da Unesp/Campus de Franca, docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, SP. Doutor em Filosofia pela USP e Pós-Doutorado em Filosofia pela USP. Coordenador do grupo de pesquisa FIAPO/UNESP-Franca. ORCID: 0000-0001-6555-0175. E-mail: gustavo.pedroso@unesp.br

16 Edgar Antônio Nery Alves Camelo - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Goiás. Pós-Graduado, Lato Sensu em Docência Universitária pela Universidade Estadual de Goiás, (UEG). Mestrado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, (PPGS/UFG). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa de Aprofundamento Marxista, NEAM. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Movimentos Sociais NEMOS. ORCID 0009-0009-6744-8583. E-mail: edgarnery@gmail.com

17 George Francisco Ceolin - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário de Lins. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto e Coordenador do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás. Membro do Grupo de estudos Motyrõ - Trabalho, Questão Social e Direitos Humanos na Periferia do Capitalismo, da Universidade Federal de Goiás, e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ORCID 0009-0000-66171847. E-mail: georgeceolin@ufg.br.

18 Tereza Cristina Pires Favaro - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás. Professora Adjunto da Universidade Federal de Goiás. ORCID: 0000-0003-4265-9965. E-mail: favaro@ufg.com

19 Aline Miranda Cardoso - Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente social do Instituto Federal do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar) - o Serviço Social na Assistência Estudantil. ORCID: 0009-00012837-0041. E-mail: aline.cardoso@ifrj.edu.br.

20 Arlene Vieira Trindade - Assistente social, graduada e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Doutoranda em Serviço Social pela UERJ. Atua no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e é membro do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar). ORCID: 0000-0002-4021-2783. E-mail: arlenetrindade@yahoo.com.br.

21 Jéssica Oliveira Monteiro - Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense - Campus Rio das Ostras. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar) - o Serviço Social na Assistência Estudantil. ORCID: 0000-0002-5993-9253 E-mail: jessicaoliveiramont@gmail.com.

22 Patricia Lima do Nascimento - Assistente social, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e mestre pela UERJ. Doutoranda em Serviço Social na UERJ e atua na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Membra do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar). ORCID: 0000-0002-6024-8302. E-mail: patilimaseso@gmail.com.

23 Elaine Cristina Estevam - Psicóloga Social. Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Psicóloga da Prefeitura de Franca. Membra do grupo de estudos GESTA. ORCID: 0000-0002-0426-6485. E-mail: elaine.estevam@unesp.br

24 Maria José de Oliveira Lima - Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Docente do Departamento de Serviço Social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista. Líder do Grupo de estudos GESTA. ORCID: 0000-0002-2561-8929. E-mail: maria.jose-oliveira-lima@unesp.br

25 Eduardo Lima - Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-Graduando em Serviço Social na Educação. Membro do Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política - GEEP e do Grupo de Pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidades. ORCID: 0000-0002-6356-5100. E-mail: elima2929@gmail.com

26 Maria Fernanda Avila Coffi - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa. Membra do grupo de pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidade. ORCID: 0000-0002-6708-3459. E-mail: mfernandacoffi@gmail.com

27 Ewerton da Silva Ferreira - Licenciado em Ciências Humanas e mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa. Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Membra do NEJUC - Núcleo de Estudos da Educação e Juventude Contemporânea ORCID: 0000-0001-7588-0338. E-mail: ewertonferreira266@gmail.com

28 Por: Amanda Bersacula - Assistente social, graduada pela UniRedentor, com mestrado em Ensino pela UFF e doutoranda em Educação na mesma instituição. Atua no Instituto Federal Fluminense (IFF) e é membro do Núcleo de Tradução, Estudos e Interpretação das Obras da Teoria Histórico-Cultural. NUTHIC. ORCID: 0000-0002-7107-7756. E-mail: amanda.bersacula78@gmail.com

29 Zoia Prestes - Pedagoga com graduação e mestrado em Ciências Pedagógicas pela Universidade Estatal de Pedagogia de Moscou (MGPU). Doutora em Educação pela UnB. Professora na Faculdade de Educação da UFF, atuando nas licenciaturas e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/UFF). Coordenadora do Núcleo de Tradução, Estudos e Interpretação das Obras da Teoria Histórico-Cultural (NUTHIC). ORCID: 0000-0002-1347-3195. E-mail: zoiaprestes@id.uff.br

30 Maria Gabriela Pereira da Silva - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina -UEL, especialista no atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência. Mestrado em Serviço Social pela UEL. Assistente Social do Hospital Universitário de Londrina. ORCID: https://orcid.org/0009-0008-1770-7498. E-mail: maria.gabrielaa@uel.br.

31 Ana Patrícia Pires Nalesso - Assistente social, especialista em saúde pública, mestre pela PUC-SP e doutora pela UEL. Coordenadora de pesquisa sobre desigualdade social em Londrina e do projeto de extensão "Recriar". Professora no Departamento de Serviço Social da UEL. Orcid ttps://orcid.org/0000-0002-2903-738X , E-mail apatriciapn@uel.br.

32 Cristiano Costa de Carvalho - Assistente social, graduado em Serviço Social pela PUC Minas. Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Doutorando em Serviço Social pela FCHS/UNESP e bolsista CAPES. Professor no IEC/PUC Minas. Membro do GEPESSE e do QUAVISSS.E-mail: cristiano.c.carvalho@unesp.br

33 Eliana Bolorino Canteiro Martins - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru. Mestrado em Serviço Social pela UNESP/Campus de Franca. Doutorado em Serviço Social pela PUC/SP. PósDoutorado em Serviço Social pela UERJ. Livre Docência pela UNESP/Campus de Franca. Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social UNESP/Franca. Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq - Nível 2. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE). E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

34 Eunice Paulo Chichava - Licenciada em Planificação e Administração de Gestão de Educação pela Universidade Pedagógica da Cidade de Maputo, Moçambique. Gestora de recursos humanos desde 2011 no Governo do Distrito de Boane. Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas pela UNESP - Campus de Franca. E-mail: e.chichava@unesp.br

35 Juliana Viegas Guimarães - Assistente Social. Graduação em Serviço Social e especialista em Instrumentalidade e Técnicas-Operativas em Serviço Social, ambos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: juviegasg@gmail.com

36 André Monteiro Moraes - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS - UEPB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na área de Educação (GEPESSE - UFBA/UNESP/UERJ). Membro do Grupos de Estudos O círculo de Bakhtin em diálogo (cadastrado no DGP/CNPq/UEPB). Membro do Grupo de Pesquisa A Reforma do Ensino Médio (Lei no 13.415/2017): implicações para as redes estaduais e institutos federais da Região Nordeste (IFRN). Membro da Subcomissão de Educação da Seccional Campina Grande do CRESS 13 Região/Paraíba. ORCID: https://orcid.org/0000-00033425-0457. E-mail: andre.monteiro063@gmail.com

37 Edna Medeiros do Nascimento - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Assistente Social da Pró-Reitoria Estudantil, da Universidade Estadual da Paraíba. Membro da Subcomissão de Educação da Seccional do CRESS/Campina Grande/PB, ORCID https://orcid.org/0009-0009-8510-9008. E-mail: ednamedeirosnascimento@gmail.com .

38 Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha - Assistente Social graduada pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, com Especialização em Políticas Públicas e Assistência Social pela Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão – FURNE. Mestrado em Serviço Social pelo programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE), vinculado à UNESP de Franca/SP. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Básica (PPGEd/CH-UFCG/CNPQ). Membro da Subcomissão de Educação do CRESS/Seccional de Campina Grande-PB. Assistente Social da rede pública de educação básica do município de Areial-PB. ORCID https://orcid.org/0000-0002-0426-827X E-mail: kivaniass@gmail.com

39 Maria Dolores Melo do Nascimento - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG). Atualmente, integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Básica (PPGed/CH-UFCG/CNPQ). ORCID:0009-0008-9948-0759. E-mail:maria.dolores@estudante.ufcg.edu.br

40 Maria Noalda Ramalho - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB), com exercício na Política de Educação. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação (GEPESSE), vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp, UERJ e UFBA. Membro da Subcomissão de Educação da Seccional Campina Grande do CRESS 13 Região/Paraíba. ORCID https://orcid.org/0009-0004-8699-9624 . E-mail: noaldaramalho@hotmail.com.

41 Flávia Pacheco Sanchez - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). ORCID: 00090008-6707-7930. E-mail: flavia.pacheco@unesp.br

42 Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestrado em Ciências Médicas pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP) e Doutorado em Serviço Social pela UNESP. Pós Doutorado na Universidad Pablo de Olavide - Espanha. Docente do departamento de Serviço Social da UNESP/Franca. Líder do GEPAPOS (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Participação nas Políticas Sociais). ORCID: 0000-0002-0691-7528. E-mail: andreia.liporoni@unesp.br

43 Ariane Rego Paiva - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado e Doutorado em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente do departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq Estado, Sociedade, Políticas e Direitos Sociais - GESPD/ PUC-Rio. ORCID: 0000-0002-5827-6355. E-mail: arianepaiva@puc-rio.br

44 Ana Laura Batista Marques - Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Membra do Núcleo de Estudos da Tutela Penal e Educação em Direitos Humanos (NETPDH). ORCID: 0009-0006-6290-7435. Email:ana.b.marques@unesp.br.

45 Maria Yumi Buzinelli Inaba - Graduanda em Direito pela Universidade Estadual Paulista. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisa em Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico-Social (GEPPIDES), do Grupo de Pesquisa em Direito e Mudança Social (DeMuS) e do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas "Elza Andrade de Oliveira" (Nepps). ORCID: 0009-0006-8818-1206. E-mail: maria-yumi.inaba@unesp.br.

46 Fábia Halana Fonseca Rodrigues Pita - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Assistente Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais - GEPEDUPSS - UFPB. ORCID: 0000-0003-4776-6241. E-mail: fabiahalana@hotmail.com

47 Maria Francisca Máximo Dantas - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Assistente Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/ Campus Cuité-PB). Membro do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) do CES/UFCG. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS – UFPB. ORCID: 0000-0003-3489-8034. E-mail: mariamaximodantas@yahoo.com.br .

48 Thélia Priscilla Paiva de Azevedo - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Assistente Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB. Membra do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS - UFPB. ORCID: 0000-0002-2546-8828. E-mail: theliapaiva@gmail.com.

49 Ney Luiz Teixeira de Almeida - Professor Associado da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1986), Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (1996) e Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2010). Tem experiência nas áreas de Educação e de Serviço Social. Atua principalmente em atividades de ensino de graduação e pósgraduação, pesquisa, extensão universitária e assessoria vinculadas ao trabalho no âmbito das políticas públicas, particularmente, na política educacional. Membro do corpo de professores permanentes do Programa de PósGraduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ e membro do corpo de professores colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da (PPFH) da UERJ. Vice-líder do Diretório Grupo de Pesquisa "Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social na área de Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0003-2865-7330. Email: neylta@hotmail.com

50 Natália Ibiapino Proença - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista do Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEP-UERJ) e membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0001-7732-4773. Email: nataliaibproenca@gmail.com

51 Edilene Rodrigues de Santana Silva - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, extensionista e estagiária do NSEPP membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0004-2384-9899. Email: edilenerss1@gmail.com

52 Brenda do Nascimento Gama - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e bolsista do Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEPP-UERJ) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0006-9949-0127 Email: brenda.gama@yahoo.com

53 Yasmin Oliveira Burgos - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista e estagiária do projeto de extensão Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEP-UERJ) e membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0007-8245-9569. Email: yasmin.burgos.03@gmail.com

54 Adeildo Vila Nova - Assistente social no Tribunal de Justiça de São Paulo, doutorando em Serviço Social pela PUC-SP e mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela UNIFESP. Pesquisador nos núcleos de Identidades, Aprofundamento Marxista e Crianças e Adolescentes da PUC-SP, além de Diretor-Primeiro Secretário na AASPTJ-SP. ORCID: 0000-0001-8014-1804. E-Mail: adeildovilanova@yahoo.com.br

55 Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Assistente Social na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Membra do grupo de estudos Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social. ORCID: 0009-0008-1068-1766. E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br.

56 Marize Rauber Engelbrecht - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorado e Pós-Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Membra do grupo de pesquisa Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social e do Grupo de Estudo e Pesquisa e Políticas Ambientais e Sustentabilidade/ GEPPAS. ORCID: 0000-0002-7657-0662. E-mail: omarize@hotmail.com.

57 Vantuir Trevisol - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Mestrando do Programa de Pós Graduação em Serviço Social – PPGSS da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. ORCID: 0009-0009-4715-4705. E-mail: vantuirtrevisol@hotmail.com.

58 Yara Dias Fernandes - Assistente Social formada pelo Centro Universitário do Sul de Minas Gerais (UNIS/MG) e mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Atualmente, atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS-Campus Machado) e é membro do Núcleo de Estudos em Educação, Gênero e Sexualidade do mesmo campus. ORCID: 0000-0003-2996-7074. E-mail: yara.dfernandes@gmail.com.

59 Lilian Aparecida Carneiro Oliveira - Pedagoga no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba. Doutoranda em Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: 0000-0002-1543-7964. E-mail: lilian.carneiro@ifsudestemg.edu.br.

60 Lilian Perdigão Caixêta Reis - Professor Associado I da Universidade Federal de Viçosa, no Departamento de Educação. Pós-Doutorado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). ORCID: 0000-0001-6827-871X. E-mail: lilian.perdigao@ufv.br.

61 Emmanuella Aparecida Miranda - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela FAMINAS e Pedagogia pela UNIRIO. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Viçosa. Doutoranda em Economia Doméstica pela UFV. Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais Campus Muriaé. Membra do grupo de estudos Trabalho, sociabilidade e gênero da Universidade Federal de Viçosa. ORCID: 0000-0002-5562-8159. E-mail: emmanuella.miranda@ufv.br

62 Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira - Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2011). Recebe Bolsa de Incentivo à Qualificação do Instituto Federal Fluminense - Campus Macaé, instituição onde atua como assistente social desde 2014. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social na Educação (GEPESSE) e do Grupo de Estudos Gramsci e Educação. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9902-4683 Email: deboraspotorno@gmail.com

63 Nívia Barreto dos Anjos - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UCSAL. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania pela UCSAL. Doutoranda em Serviço Social no Instituto Universitário de Lisboa. Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Ensino e no Programa Integral da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) pelo CEFET-BA. Assistente Social do IF Baiano Campus Santa Inês. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação – GEPESSE. ORCID: https://orcid.org/00000002-4225-9868. E-mail: nivia.barreto@ifbaiano.edu.br

64 Mariana Mendes Novais de Oliveira - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UFBA. Especialista em Práticas do Serviço Social nas Políticas Públicas pela UNIFACS., Assistente Social do IF Baiano – Campus Valença. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2939-4480. E-mail: mariana.oliveira@ifbaiano.edu.br

65 Tatiana Pereira Sodré - Graduada e doutora em Psicologia, com MBA em Gestão de Recursos Humanos e especializações em EAD e Psicoterapia. Professora no Instituto Federal de Roraima, possui ampla experiência em psicologia organizacional, atuando em docência, consultoria e projetos de avaliação de políticas públicas.

66 Alexandra de Oliveira Rodrigues Marçulo - Mestre em Educação pela UFRRJ, especialista em Psicologia Hospitalar e graduada em Psicologia. Psicóloga no IFRR, atua em Psicologia do Trabalho e Organizacional, focando em qualidade de vida, saúde do servidor e psicologia positiva. Possui experiência em Psicologia Escolar e Educacional.

67 Wilma Moraes - Graduada em Serviço Social pela UFRJ e mestre em Educação pela UFRRJ. Assistente social no Instituto Federal Fluminense, com experiência em educação e saúde pública, focando em saúde do trabalhador, assistência estudantil e prevenção nas escolas.

68 Lígia da Nóbrega Fernandes - Graduação em Serviço pela UERN, Mestrado em Serviço Social pela UFRN e Doutora em Serviço Social pela (UNESP/Franca). Atualmente, é docente do Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual de Roraima-UERR, Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR (Campus Boa Vista) e compõe o GEPESSE (UNESP/Franca). ORCID: 0009-0004-7941-1132. E-mail: ligiadanobrega@gmail.com

69 Vanilda Soares Santos - Mestranda em Serviço Social (UNIFESP) Brasileira, Graduada em Serviço Social (UNISAL), atuando nas políticas de ações afirmativas na UNICAMP. E-mail: vani@sae.unicamp.br

70 Cibele Papa Palmeira - Coordenadora do Serviço Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) da Unicamp. Graduada em Serviço Social pela PUC Campinas-SP (1998). Pós graduada em Serviço Social em Pediatria (Unicamp - 1999). E-mail: cibelepp@unicamp.br

71 Vanessa Tank Piccirillo Komesu - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: vanessptk@unicamp.br

72 Franciana Nogueira Correa - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: francinc@unicamp.br

73 Sônia Maria Pereira - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: somape@unicamp.br

74 Joelma Mendes dos Santos - Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Serviço Social (PPGSS/UFBA), e-mail: joelmams@hotmail.com.

75 Célia Maria Grandini Albiero - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru/SP (ITE/SP). Mestrado e Doutorado em Serviço Social (PUC/SP). Docente em Serviço Social (UFT/TO). Líder e Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP). Em estágio Pós-Doutoral no PPGIDH (UFG). ORCID: 0000-0002-9036-7134. E-mail: celiaalbiero@uft.edu.br.

76 Maísa Miralva da Silva - Assistente Social. Graduação pela PUC Goiás em Serviço Social (PUC-Goiás). Mestrado e Doutorado em Política Social pela UnB. Docente em Serviço Social (PUC-Goiás) e atualmente Pró-Reitora de Assuntos Estudantis (UFG). Supervisora Adjunta do Pós-Doutorado no PPGIDH (UFG). ORCID: 0000-0003-2852-5362. E-mail: maisa@ufg.br.

77 Ricardo Barbosa de Lima - Cientista Social. Licenciatura em Ciências Sociais (UFG). Bacharelado em Ciências Sociais (UFG). Mestrado em Sociologia (UnB). Doutorado em Desenvolvimento Sustentável (UnB), com período sanduíche na UNAM, México. Docente e Supervisor do Pós-Doutorado do PPGIDH/NDH (UFG). ORCID: 0000-0002-0819-620X. Email: ricardobl@ufg.br.

78 Ivanice de Oliveira Candido Neres - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço social na UNIOESTE. Assistente Social na Universidade Federal do Paraná - Setor Palotina-PR. ORCID: 0001-9159-550X. E-mail: ivanice_candido@hotmail.com

79 Jaqueline Budny - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço social na UNIOESTE. Assistente Social na Universidade Federal do Paraná - *campus* Toledo-PR. ORCID: 0009-0000-4959-6480. E-mail: jaquelinebudny@yahoo.com.br.

80 Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago - Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNIOESTE - *campus* Toledo-PR. ORCID:0009-0008-1068-1766 E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br

81 Merielle Martins Alves - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Unimontes. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. ORCID: 0009-0004-34439246. E-mail: merielle.martins@ufu.br

82 Clara Rodrigues da Cunha Oliveira Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).Especialista em Instrumentalidade do Serviço Social Universidade Cândido Mendes. Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. ORCID: 0009-0002-2809-4726. E-mail: claracunha@ufu.br

83 Fernanda Rodrigues Arrais - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutoranda do Programa de Estudos PósGraduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Assistente Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membra do grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação. ORCID: 0009-0003-5142-0152. E-mail: ferodrigues0505@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

1. Assistência Estudantil

29, 44, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 249, 251, 261, 301, 349, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 452, 469, 471, 507, 508, 509, 518, 519, 521, 525, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 538, 539, 540, 541, 544, 545, 546, 547, 548, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 566, 568, 569, 570, 571, 573, 574, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 586, 587, 588, 589, 590, 596, 601, 602

2. CFESS (Conselho Federal de Serviço Social)

19, 24, 25, 34, 44, 47, 56, 61, 62, 69, 91, 93, 117, 137, 141, 143, 154, 224, 241, 282, 292, 293, 308, 309, 508, 509, 536, 549, 568, 595

3. CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

24, 25, 219, 300

4. COVID-19

15, 43, 204, 208, 213, 232, 236, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 276, 277, 283, 285, 286, 288, 293, 309, 349, 382, 460, 470, 478, 481, 482, 483, 486, 487, 493, 502, 523, 572

5. Direitos Humanos

62, 117, 121, 124, 127, 193, 195, 199, 249, 250, 266, 285, 317, 321, 322, 323, 324, 343, 364, 460, 461, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 473, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 554, 555, 556, 557, 558

6. Direitos Sociais

15, 28, 116, 117, 118, 119, 122, 126, 143, 145, 221, 222, 225, 226, 227, 242, 243, 282, 300, 304, 311, 334, 336, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 373, 401, 419, 442, 501, 534, 548, 549, 555, 565, 569

7. ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)

29, 44, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 249, 251, 261, 301, 349, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 452, 469, 471, 507, 508, 509, 518, 519, 521, 525, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 538, 539, 540, 541, 544, 545, 546, 547, 548, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 566, 568, 569, 570, 571, 573, 574, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 586, 587, 588, 589, 590, 596, 601, 602

8. Educação Básica
43, 44, 45, 47, 48, 49, 54, 56, 124, 125, 144, 211, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 232, 233, 235, 238, 239, 241, 242, 243, 249, 251, 261, 269, 276, 280, 281, 282, 283, 285, 286, 288, 291, 292, 293, 298, 299, 300, 301, 304, 307, 308, 309, 310, 312, 336, 355, 357, 358, 400, 415, 417, 418, 419, 421, 422, 429, 431, 434, 442, 503, 515, 588, 601

9. Educação Inclusiva
68, 348, 349, 350, 352, 353, 354, 355, 357, 358

10. Educação Popular
14, 15, 16, 59, 42, 51, 52, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 74, 84, 85, 117, 193, 249, 347, 365, 475, 476, 608, 613

11. EJA (Educação de Jovens e Adultos)
48, 75, 222, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 344, 423, 431

12. Ensino Fundamental
30, 49, 233, 310, 326, 334, 337, 341, 349, 431, 550

13. Ensino Médio
29, 49, 88, 221, 222, 223, 233, 235, 236, 251, 326, 337, 341, 354, 356, 358, 401, 414, 415, 417, 419, 421, 421, 422, 423, 429, 438, 469, 504, 518, 519, 252, 540, 565, 586, 596, 597, 598

14. Equipes Multiprofissionais
35, 44, 50, 54, 125

15. Ética Profissional
125, 540

16. Evasão Escolar
28, 35, 89, 93, 242, 269, 276, 285, 286, 288, 296, 327, 339, 603

17. Experiências Profissionais
14, 24, 50, 365, 370, 532, 547

18. Formação Continuada
52, 53, 55, 56, 124, 125

19. GEPESSE (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na Educação)
14, 15, 18, 19, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 42, 43, 47, 52, 60, 75, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 300

20. Gestão Democrática
30, 34, 54, 69, 230, 549, 551, 552, 556

21. Indicadores Sociais
265, 266, 267, 277, 384, 578, 579, 584, 585, 586, 589

22. Interdisciplinaridade
304, 305

23. Intersetorialidade
367

24. Lei de Diretrizes e Bases da Educação
46, 221, 225, 350, 418, 518, 552

25. Modalidades de Ensino
20, 25, 125, 239, 244, 356, 437, 468

26. Movimentos Sociais

14, 16, 24, 62, 65, 69, 70, 114, 116, 122, 124, 126, 140, 187, 193, 196, 221, 222, 223, 225, 228, 249, 315, 364, 365, 366, 367, 388, 394, 398, 399, 400, 404, 405, 406, 450, 520, 550, 571, 580, 597

27. Pesquisa e Extensão

76, 203, 204, 205, 212, 310, 351, 430, 431, 452, 566, 572, 580, 581

28. Política de Educação Pública

299

29. Políticas Públicas

28, 33, 60, 62, 63, 65, 106, 113, 120, 122, 124, 126, 127, 141, 153, 186, 212, 218, 223, 225, 226, 232, 233, 236, 238, 241, 242, 250, 251, 252, 259, 265, 266, 267, 270, 277, 281, 282, 286, 325, 328, 329, 340, 342, 344, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 371, 372, 384, 386, 394, 403, 405, 421, 424, 434, 435, 436, 438, 442, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 517, 547, 584, 585

30. Práticas Educativas

53, 77, 144, 310, 399

31. Processo de Trabalho

27, 154, 249, 250, 251, 252, 301, 311, 367, 395, 454, 500, 522, 529, 531, 532, 536, 538, 589

32. Qualidade da Educação

34, 353, 418, 553

33. Relações Étnico-Raciais

10, 378, 379, 380, 381, 388

34. Trabalho Pedagógico

416

35. Vulnerabilidade Social

35, 171, 181, 238, 339, 350, 517, 519, 530, 531, 565, 570, 584, 587

Esperançar!! Os desafios, as perspectivas e possibilidades deste verbo se revelam nesta obra, resultado de muitas mãos que tecem a reafirmação de que é possível provocar transformações nesta sociedade em que vivemos.

Este e-book é um dos resultados, uma síntese, do que vivenciamos no III Seminário Internacional de Serviço Social na Educação, realizado na cidade de Franca/SP, nos dias de 07 a 09 de dezembro de 2024. De fato, uma pequena, mas profunda síntese, pois revela alguns dos temas discutidos na terceira edição de um evento que já compoe a agenda do Serviço Social brasileiro.

Esta obra revela, desta forma, as marcas de um caminho que foi sendo aberto e trilhado de forma coletiva e participativa pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social da Educação (GEPESSE) criado oficialmente no ano de 2010 mas com ações que já vinham se constituindo há mais tempo por suas e seus idealizadoras/es. Assim tem sido o percurso do GEPESSE, um dos mais importantes coletivos sobre Serviço Social na Educação no Brasil e que, na sua trajetória, assume a tarefa de mobilizar, convidar, provocar e refletir de forma polifônica e dialógica com as/os estudantes, profissionais, gestoras/es e pesquisadoras/es de diferentes áreas do conhecimento.

Como nos inspira Paulo Freire, esperançar não é simplesmente espera, mas sim, levantar-se e juntar-se com as/os outras/os para fazer de outro modo! Este nosso e-book representa esse modo de pensar a educação e o Serviço Social como possibilidades de formação crítica, emancipatória, reflexiva e propositiva, dialogando entre diferentes experiências profissionais, entre diferentes áreas do conhecimento, entre diferentes realidades brasileiras e internacionais.

Embaladas/os e inspiradas/os pelas reflexões e experiencias da educação popular, avançamos nos desafios e nas possibilidades de pensar e fazer Serviço Social na e da educação, projetando nossa participação nos processos de democratização da educação publica, laica, gratuita, intercultural, de qualidade e socialmente referencializada. Do chão das escolas publicas, dos Institutos Federais, das Universidades, das salas de aula e dos espaços de gestão, fomos somando e refletindo nossas experiencias gerando um movimento que segue provocando mudanças históricas na nossa categoria profissional e nas políticas educacionais brasileiras.

Desejo que a leitura desta obra provoque nas leitoras e leitores a inspiração e a coragem necessárias para fazer da educação uma ferramenta de transformação na luta anticapitalista, antirracista, antifascista dentre outras frentes que nos provocam juntas/os a pensar num outro mundo possível!

Prof. Dr. Wagner Roberto do Amaral
Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Este livro que nos chega às mãos é a pura expressão do compromisso, determinação, entusiasmo e vitalidade coletiva das e dos assistentes sociais com a Educação no Brasil e países afins.

Ele nos alcança em um momento fundamental, visto a Lei 13935/2019. Contudo, importa destacar a magnitude metodológica do processo que o constituiu. Estamos diante de uma laboração única advinda de uma pesquisa robusta e de um processo de debates e produção acadêmica que envolveu sujeitos históricos, entidades de representação da categoria e instituições de ensino. Um trabalho como este, que certamente não se encerra neste livro, potencializa a luta, o trabalho e eleva a estima de uma categoria que no cotidiano intervém na dura realidade presente nas manifestações da Questão Social.

Após a leitura temos a certeza de que o Serviço Social está preparado para o trabalho multiprofissional na Educação. Somos uma rede espraiada pelo país, sustentada por referenciais teórico-metodológico e ético-políticos sólidos e críticos e que se vale do legado da geração de 1965 que orientou o fazer político pedagógico da profissão sob o horizonte da emancipação humana.
Sigamos agradecidos às e aos "compas" do GEPESSE que nos ensinam que esperançar é preciso!

Profa. Dra. Kênia Augusta Figueiredo
Departamento de Serviço Social/SER/UnB
Programa de Pós-Graduação em
Políticas Sociais SER/ICH/UnB

ISBN: 978-65-86839-35-7
9 786586 839357